

Militares fazem lobby discreto contra anistia

O caminho que leva do plenário da Câmara, onde funciona a Constituinte, até o Senado, foi apelidado pelo senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) de "corredor sem oração principal", porque as pessoas que por ali passam nunca conseguem terminar uma frase durante esse percurso. A comparação serve para ilustrar o assédio com que populares e lobistas profissionais cercam os Constituintes. Mas não demonstra uma outra face, muitas vezes invisível, de se fazer pressão política.

Os militares, classificados como "discretos" por Passarinho, não telefonam, não mandam cartas, nem ficam plantados horas a fio no Salão Verde da Câmara. Eles possuem espécies de pombos-correio que trazem o recado dos ministros dessa área até o parlamento. Ultimamente seus maiores interlocutores têm sido os deputados Ricardo Fiuza (PFL-PE) e Bonifácio de Andrada (PDS-MG), além do senador José Richa (PMDB-PR) e o próprio relator Bernardo Cabral (PMDB-AM).

A discrição desses ministros tem levado a Constituinte a "ponderar e avaliar" todas as questões em que eles emitem parecer contrário, segundo afirmou o senador José Fogaça (PMDB-RS). "Militarismo não é fantasma, é realidade", disse o senador, acrescentando, ainda, que os avanços para a democracia devem ter bases sólidas, não se admitindo instabilidade. Olhos, ouvidos e bocas dos gabinetes militares estão voltados hoje para a anistia, mas já tiveram como predileção o mandato do presidente José Sarney e, até mesmo, sistema de governo.

Para o deputado Paulo Ramos (sem partido-RJ), entretanto, as opiniões manifestadas pelos ministros da Marinha, Exército ou

Aeronáutica, não representam a vontade das Forças Armadas. "Eles são funcionários de confiança do governo e não falam pelas corporações", acrescenta. Ainda de acordo com o deputado, se fosse feita pesquisa de opinião dentro da instituição, o resultado seria favorável à anistia — "é a única forma de se restabelecer a dignidade" das Forças, diz.

Ramos falou também que a posição dos ministros contrária à anistia é "um lobby equivocado", pois sua efetivação representará o "esquecimento recíproco" de fatos como a tortura praticada "por alguns militares". Mas nem só de militares vive o Brasil. Os passos finais da Constituinte serão seguidos de perto também pelos procuradores da União. Eles querem garantir nas Disposições Transitórias a criação da Procuradoria Geral da União.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) fará a contrapressão. Os seus dirigentes não querem ver a Procuradoria separada do Ministério Público. Nessa fase o "trem da alegria" — que os constituintes dizem estar embutido no texto do Centrão — também estará funcionando a todo vapor. Aos seus autores interessa aprovar emenda que dá estabilidade aos funcionários públicos municipais, estaduais e federais, da administração direta e indireta, que tenham mais de cinco anos de casa.

Já no segundo turno de votação o clima no Congresso será de "desespero", segundo afirmou o senador Passarinho. Desde agora ele se mostra disposto a trabalhar em direção oposta ao "doutor Sarney". De acordo com o senador, é intenção do Presidente fazer com que a Constituinte aceite emendas modificativas ao texto que sair do plenário.

STM julga ação nos quartéis

O Superior Tribunal Militar começou ontem a julgar o caso Fábio Passos, no qual o capitão do Exército lotado no Rio de Janeiro é acusado de envolvimento na Operação Beco Sem Saída, que consistia na explosão de bombas em quartéis, como forma de protesto pelos baixos salários dos militares. Depois de uma sessão que durou cinco horas e meia, três das quais os ministros permaneceram fechados em sessão secreta, o julgamento foi adiado porque o almirante Rafael de Azevedo Branco pediu vista no processo.

O ministro não tem prazo para devolver o processo à pauta de julgamentos, mas fontes do STM acreditam que a decisão final pode ser mais branda do que pede o Conselho de Justiça que inquiriu o acusado. O Conselho quer a expulsão e conseqüente perda da patente do capitão Passos e de seu amigo Bolsonaro, envolvido na operação, segundo denúncias feitas pela revista Veja em outubro do ano passado. O julgamento do capitão Bolsonaro está

marcado para a quinta-feira da semana que vem.

A advogada dos militares, Elizabeth Martins Souto, pediu somente a pena de transgressão disciplinar para o capitão Passos. Num defesa convincente, segundo observações de advogados presentes, ela denunciou erros na condução do inquérito pelo Conselho. Entre estes erros estaria o desprezo pelo laudo da polícia do Exército que não apontava o autor de um desenho explicando a Operação Beco Sem Saída. Contrariando a norma o Conselho pediu novo laudo à Polícia Federal, que apontou o capitão Bolsonaro como autor do esboço, embora tivesse sido feito com letra de forma.

A advogada acusou, durante a sessão, o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, de ter prejudicado condenação dos oficiais, ao dar uma entrevista pela televisão afirmando que eles seriam expulsos do Exército. Uma decisão a este respeito é de competência do Superior Tribunal Militar.

Demitido pede reintegração

Anistia, com reintegração, para quem foi demitido a partir de 1979. É isso que desejam os integrantes da Coordenação Nacional dos Trabalhadores nas Estatais e Funcionários Públicos Cíveis, que estão em Brasília representando 282 entidades espalhadas por todo o Brasil. Além do corpo-a-corpo, nas visitas a cada um dos gabinetes do Congresso Nacional, eles ajudaram a elaborar uma emenda fruto de fusão e assinada pelos constituintes

Hélio Duque (PMDB/PR), João Paulo (PT/MG) e Carlos Cardinal (PDT/RS).

Pelo menos 50 funcionários estão em Brasília, promovendo reuniões e buscando o apoio de parlamentares para as suas idéias. Eles não querem só anistia, como prevêm alguns projetos, mas principalmente a reintegração ao serviço público, o que, segundo eles, "não onera os cofres do Governo".